

Os nacionalistas liberais paulistas e a construção da nação brasileira*

*Cássia Chrispiniano Adduci***

Resumo:

Com este artigo, pretendo expor, em linhas gerais, a proposta do grupo de intelectuais paulistas que, durante a década de 1920, mobilizou-se em torno da elaboração de uma resposta ao desafio que se colocava para a intelectualidade brasileira como um todo: o de (re)construir a nação brasileira.

Já há alguns anos venho enfrentando o desafio de discutir a “mística paulista”, historicizar seu uso e reprodução. Estudá-la tendo como preocupação principal sua inserção no processo de construção de representações ideológicas que ocorrem nos embates em torno da questão nacional e, dentro dela, do regionalismo.

O início das minhas investigações foi uma nota de rodapé em um texto de Thomas Skidmore, na qual o autor fazia referências à história do separatismo paulista. Uma história que, na verdade, tem muito ainda para ser estudada, como já apontava o próprio historiador (1992: 407). Seguindo a pista deixada por Skidmore, lancei-me à exploração de um conjunto de documentos que até então não tinha sido analisado, com o intuito de identificar e apresentar as características do ideário produzido pelos adeptos do separatismo paulista, em 1887¹.

Algumas respostas foram encontradas, porém, inúmeras novas inquietações surgiram. Se, em 1887, pela primeira vez, foram sistematizadas as idéias de superioridade e de orgulho paulistas, como essas idéias foram, posteriormente, utilizadas? Quando reapareceram? De que modo foram se espalhando pela população paulista, se em 1887 elas possuíam um caráter acentuadamente elitista? Em poucas palavras: como continuou a ser elaborado o poderoso mito paulista?

Um mito que percorreu a Primeira República, atingindo seu ápice em 1932, mas que reaparece ainda hoje, mesmo que de modo difuso, nas mais diferentes oportunidades. Destacar São Paulo e reforçar imagens ligadas à mitificação paulista é uma prática com a qual convivemos, com maior ou menor intensidade, explicitada de forma mais ou menos direta. Evidentemente, os contextos são os mais diversos, mas, de todo modo, lá estão reforçadas idéias antigas e historicamente construídas.

Assim, dando seqüência à minha pesquisa sobre a “mística paulista”, escolhi estudar o período da segunda metade da década de 1910, a partir da Primeira Guerra Mundial, e os anos 1920. Mais um momento de crise, da mesma forma que tinha sido 1887, mas inserido na Primeira República, período em que o

* Este texto traz algumas idéias desenvolvidas em minha tese de doutorado (Adduci, 2002).

** Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP e membro do NEILS.

¹ Sobre o movimento separatista paulista de 1887 ver meu livro (Adduci, 2000).

grande capital cafeeiro paulista detinha a hegemonia política nos níveis federal e estadual.

Esse fato gera uma mudança fundamental em relação ao movimento de 1887. No final do século XIX, a situação era muito diferente: frações da classe dominante paulista lutavam precisamente para alcançar um poder político que fosse proporcional ao seu poder econômico. Nessa luta, o discurso elaborado exaltava a diferença que contrapunha São Paulo às demais províncias, levando os ideólogos às propostas de separação, à contraposição entre a “nação paulista” e a brasileira. Já no século XX, detentoras do poder político, frações da classe dominante paulista passaram à exaltação das diferenças com um objetivo homogeneizador: a modernidade e o cosmopolitismo paulistas serviriam como modelo que deveria ser seguido pela nação brasileira. A idéia era de coesão. O objetivo? Manter a hegemonia política alcançada após a instalação da República.

Os objetos

A análise da “mística paulista” está associada ao estudo do nacionalismo, ao processo de construção da nação brasileira e ao regionalismo. Com o objetivo de apreender esses processos, escolhi alguns objetos cuja análise me pareceu relevante. Assim, examinei a *Revista do Brasil* em sua primeira fase (1916-1925), a Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924), as obras de alguns dos memorialistas da rebelião tenentista de 1924, as idéias do Partido Democrático de São Paulo expressas através do *Diário Nacional*, e as obras *Paulística* e *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado.

A Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP), fundada em dezembro de 1916, surgiu no seio do nacionalismo que se desenvolveu no país fruto da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Vinculada à Faculdade de Direito de São Paulo, a Liga tinha como objetivo o despertar e a organização da população paulista, preocupando-se, sobremaneira, com a ação. Dentre suas principais bandeiras de luta estavam a educação e o escotismo, o voto secreto e obrigatório e o serviço militar obrigatório. Para análise de suas idéias utilizei os textos publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* e na *Revista do Brasil*. Principalmente *O Estado de S. Paulo* abriu espaço freqüente para noticiar as atividades da Liga, suas campanhas, documentos e textos assinados por seus membros.

Da mesma forma que a LNSP, as raízes da *Revista do Brasil (RB)* estão no nacionalismo surgido em função da Primeira Grande Guerra. Com nove anos de existência ininterrupta e publicação mensal, a *RB* foi o periódico de maior longevidade da Primeira República, totalizando 113 exemplares ao longo desse período, cuja direção esteve, durante a maior parte do tempo, a cargo de Monteiro Lobato. A *Revista do Brasil* foi um veículo essencial no debate que se travou no Brasil à época acerca da questão nacional, abrindo espaço à participação dos mais destacados atores políticos e intelectuais de diferentes posições. Esses ideólogos, preocupados com a elaboração de uma releitura do país, com a apresentação de diagnósticos e soluções, lançaram mão de análises elaboradas, principalmente, a partir do estudo da história, geografia, etnia e língua brasileiras.

A rebelião de 1924 foi um dos momentos em que os descontentamentos gerados pela grave crise política e econômica que caracterizaram os anos 20

apareceram. A cidade de São Paulo e sua população foram convulsionadas pela rebelião militar que acabou extrapolando para a esfera civil. Minha análise desse movimento recaiu sobre textos publicados ainda durante a década de 1920 e produzidos, em sua maioria, por paulistas contemporâneos da rebelião, alguns deles com participação direta nos acontecimentos.

Outro foco de tensão, no estado de São Paulo, foi gerado pelas pressões que se intensificavam sobre o Partido Republicano Paulista (PRP), associadas a cada vez mais aguda “questão social”, representada, principalmente, pelos “problemas” com os operários e pelo aumento da luta pelos “direitos dos cidadãos”, ligada às idéias de “representação e justiça” (Casalecchi, 1987: 153-4). Alguns membros da classe dominante paulista passaram a criticar sistematicamente o governo e o partido. Esse processo amadureceu até que, em 24 de fevereiro de 1926, foi lançado o Partido Democrático de São Paulo (PD).

O PD assumiu um importante destaque político e ideológico pois se tornou a “primeira agremiação organizada e legal, que conseguiu, em São Paulo, sobreviver e inserir-se efetivamente nas lutas político-ideológicas travadas no período” (Prado, 1986: 1). O estudo de suas idéias foi realizado através da análise do *Diário Nacional*, principal veículo de divulgação do partido, no período entre 1927 (data do início de sua publicação) e agosto de 1929, quando o partido assumiu o compromisso de apoiar os candidatos da Aliança Liberal, já ao final do período que estabeleci para exame.

Finalmente, selecionei os livros de Paulo Prado, *Paulística* – publicado em 1925 – e *Retrato do Brasil*, de 1928. O primeiro é uma compilação de artigos do autor publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* em que a valorização do “ser paulista” aparece com toda sua intensidade. Já em *Retrato do Brasil*, Prado tece críticas contundentes à nação brasileira, mas, ainda uma vez, a “raça paulista” aí está diferenciada em relação aos demais habitantes do país.

Os ideólogos

Na concepção, concretização ou apenas na simples participação nos movimentos foi possível identificar o envolvimento de um núcleo fixo de intelectuais. A partir do levantamento de Sílvia Moreira e começando pela LNSP, é possível apontar, dentre os que integraram sua Diretoria e Conselho Deliberativo, entre 1917 e 1919, nomes que, posteriormente, estiveram vinculados aos outros objetos que analisei. São eles: Amadeu Amaral, Sampaio Dória, Francisco Morato, Frederico Vergueiro Steidel, Henrique Bayma, Sampaio Vidal, Monteiro Lobato, Jorge Street, José Carlos de Macedo Soares, Cardoso de Melo Neto, Júlio Mesquita, Júlio de Mesquita Filho, Gama Cerqueira, Luiz Pereira Barreto, Mário Pinto Serva, Rangel Pestana, Paulo Nogueira Filho, Prudente de Moraes Neto, Reinaldo Porchat e Waldemar Martins Ferreira.

Em relação à *Revista do Brasil*, já foi feita referência a sua ligação com Monteiro Lobato, mas ela associava-se também à família Mesquita e a Paulo Prado. Se essas vinculações não fossem suficientes para ligá-la ao grupo que estudei, constam da lista de autores com maior número de textos publicados em suas páginas, além do próprio Monteiro Lobato, Amadeu Amaral, Mário Pinto Serva e Sampaio Dória.

Entre os autores que publicaram textos concebidos no bojo das lutas tenentistas de 1924, destacam-se Júlio de Mesquita Filho, Paulo Duarte, Antônio dos Santos Figueiredo, Álvaro Ribeiro, Elias Pacheco Chaves, Francisco Morato, José Joaquim Cardoso de Melo Neto e Mário Pinto Serva, além de José Carlos de Macedo Soares que esteve mais diretamente envolvido nos acontecimentos. Dentre os nomes vinculados ao PD, mais uma vez, vários autores já citados aparecem: Francisco Morato, Paulo Nogueira Filho, Prudente de Moraes Neto, Henrique Bayma, Cardoso de Melo Neto, Gama Cerqueira, Mário Pinto Serva, Paulo Duarte, Reinaldo Porchat, Sampaio Vidal e Waldemar Martins Ferreira.

Embora não sejam os mesmos indivíduos que apareçam sempre em todos os movimentos, ainda assim acredito ser possível apontar uma homogeneidade ideológica que permanece ao longo dos anos.

Paulistas em sua grande maioria, esses ideólogos tinham ainda freqüentemente em comum a passagem pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde muitos deles inclusive lecionaram: Vergueiro Steidel, Francisco Morato, Cardoso de Melo Neto, Gama Cerqueira, Waldemar Martins Ferreira e Reinaldo Porchat.

Outro traço em comum é a vinculação de alguns deles ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Além dos proprietários, estiveram envolvidos nos movimentos e atuaram na redação ou direção do jornal Rangel Pestana e Paulo Duarte (que dirigiu também o *Diário Nacional*), e nele escreveram com certa regularidade Monteiro Lobato, Mário Pinto Serva e Elias Pacheco Chaves. Amadeu Amaral também esteve vinculado ao jornal, exercendo sua secretaria a partir de 1920, além de ter participado da fundação e direção da *Revista do Brasil* e da direção do *Diário Nacional*.

Alguns desses indivíduos exerceram cargos públicos pelo PRP: Gama Cerqueira (deputado constituinte) e Reinaldo Porchat (senador estadual). Outros desempenharam funções públicas ao longo da década de 1930 como José Carlos de Macedo Soares (deputado constituinte, ministro, embaixador, interventor federal), Paulo Duarte (deputado estadual, delegado de Ordem Política e Social), Cardoso de Melo Neto (prefeito de São Paulo, deputado constituinte, deputado federal, governador e interventor), Francisco Morato (deputado federal e secretário estadual na interventoria de Macedo Soares), Mário Pinto Serva (deputado estadual) e Paulo Nogueira Filho (deputado federal).

Além das funções públicas, todos esses ideólogos atuaram na área privada, muitas vezes no exercício de profissões liberais. Mas é importante destacar as análises feitas por Sílvia Moreira e Maria Lígia Prado a respeito da identificação profissional dos membros da Liga Nacionalista e do Partido Democrático, respectivamente. Ambas alertam que a menção dos militantes das associações como exercendo profissões liberais não permite sua caracterização como membros da classe média.

Moreira aponta que, apesar de predominarem na Liga profissionais liberais, não seria adequado “considerá-la como um movimento de oposição de classe média” já que, entre esses profissionais, “estavam elementos não só vinculados ao poder, mas pertencentes às famílias de políticos tradicionais da República ‘Velha’” (1982: 48). Avaliação semelhante à indicada por Prado: “No

caso dos democráticos, seus interesses e ligações econômicas ultrapassavam [os limites das classes médias], pois que eram membros integrantes das classes proprietárias” (1986: 18). As indicações a seguir corroboram a posição das autoras.

Cardoso de Melo Neto foi não só professor, mas ainda advogado e diretor da Central Elétrica de Rio Claro e Francana de Eletricidade, diretor do Banco Mercantil e da Fiação e Tecelagem de Piracicaba. Mário Pinto Serva foi secretário do Escritório Central da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Sampaio Vidal, Francisco Morato, Paulo Nogueira Filho e Paulo Duarte exerceram a função de advogado, mas entre eles, Sampaio Vidal foi grande fazendeiro e presidente da Indústria de Tecidos Pindorama e Paulo Nogueira Filho era de uma família envolvida com negócios com usina de açúcar, fazenda e com as companhias Agrícola de Ribeirão Preto e de Tecidos Santa Branca. Macedo Soares foi diretor do Banco de S. Paulo e da Companhia de Seguros São Paulo, além de ter sido presidente da Associação Comercial de São Paulo. Monteiro Lobato foi proprietário de uma grande fazenda e os Mesquita, fazendeiros de café em Campinas. Por fim, a família Prado cujos membros, além de grandes fazendeiros de café, envolveram-se com a criação e/ou estiveram na presidência do Banco do Comércio e Indústria, do Frigorífico Barretos, da Vidraria Santa Marina, da Companhia Prado Chaves Exportadora e da Companhia Paulista de Vias Férreas.

A homogeneidade da “elite política paulista” no período entre 1889 e 1937 foi apontada por Joseph Love. Homogeneidade determinada, em primeiro lugar, pela ausência de qualquer elemento de origem trabalhadora. Em segundo, pela lenta incorporação de imigrantes ou de seus filhos no seio do grupo. Um terceiro ponto seria sua formação educacional, com elevado índice de educação superior, realizada, notadamente, na Faculdade de Direito de São Paulo. O quarto critério é o estreito vínculo familiar entre os elementos do grupo, implicando em “uma complexa rede de interligações econômicas e de parentesco” (1982: 215-18).

Admitindo-se essa homogeneidade, duas questões colocam-se. Por um lado, o que teria levado à articulação desse grupo em torno de uma nova proposta para a organização do poder e, por outro, que espaço estaria reservado em seus planos a outras classes ou frações de classes, além do grande capital cafeeiro.

Vale observar que parte da classe dominante paulista diante das pressões, cada vez maiores, impostas quer pela chamada “questão social”, quer pela presença da temática da revolução, estava discutindo e propondo caminhos alternativos de dominação. Mantendo um acentuado caráter elitista e conservador, especificamente o grupo de intelectuais paulistas que analisei mobilizou-se em torno de um claro conjunto de idéias e objetivos, construiu um coeso discurso de inclusão, lançando mão da ideologia nacional e tendo como preocupação primordial a garantia da hegemonia paulista. Assim, ainda que vinculados aos interesses do grande capital cafeeiro, estavam empenhados em elaborar e implementar um novo modelo de organização de poder que teria como desafio ampliar seus limites de inclusão, incorporando, ou ao menos tentando, a classe média, o operariado e outras frações das classes dominantes.

Diante de grupos tão diferentes a serem atingidos por sua proposta liberal, os intelectuais lançaram mão dos mais diversos instrumentos: periódicos, cinemas,

escolas, cartazes, conferências, mobilizações públicas e livros. Cada um deles implicando em meios e públicos-alvo distintos. Assim, é possível afirmar que a *Revista do Brasil*, os textos que foram elaborados na seqüência do movimento tenentista de 1924 e os trabalhos de Paulo Prado atingiram tanto frações do grupo dominante paulista como da classe média. Já a Liga Nacionalista de São Paulo e o Partido Democrático tiveram um caráter mais amplo, esforçando-se para viabilizar um engajamento da maioria da classe média e, notadamente em relação à Liga, de setores do operariado.

Projeto de parte do grupo dominante paulista e não da classe média, como foi indicado, a LNSP, no entanto, preocupava-se em dirigir seu discurso aos indivíduos pertencentes a esses grupos, ainda que não só a eles. Publicando seus textos e divulgando suas campanhas principalmente nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*, certamente a associação garantia alcançar um de seus objetivos através do público leitor do periódico: “um público ‘letrado’ que a Liga estava empenhada em influenciar, em ‘aconselhar’ sobre como deveriam agir, e sobre o caminho que garantiria a continuidade da hegemonia paulista” (Moreira, 1982: 49). O periódico atingia também jovens dos grupos dominantes que, junto com a classe média, eram tocados pela veiculação das idéias da Liga nos cinemas e através de cartazes.

Seu outro foco de atenção, o operariado, seria atingido por meios diferentes. Sem representação operária em suas fileiras, a LNSP enxergava-se muito mais como uma associação que tinha como objetivo a proteção e condução dos operários. A atuação da Liga, quer por meio das escolas voltadas especialmente para eles, quer através das campanhas feitas nas fábricas, evidencia a tentativa de interferir, ainda que indiretamente, nas “ameaçadoras” organizações autônomas desse grupo, bem como lhes indicar “o caminho que traria as soluções para a situação de ‘crise’ em que se encontravam” (Moreira, 1982: 50).

Não tendo sido concebido nem liderado por membros do grupo que analisei, a rebelião tenentista de 1924 em São Paulo, entretanto, acabou envolvendo a população paulista. Comerciantes e industriais tinham como preocupação primordial a proteção à propriedade e a manutenção da “ordem”. Para atingir esses objetivos, a atuação da Associação Comercial foi fundamental. Além disso, conforme aponta Anna Maria M. Corrêa, tiveram uma chance política pela qual vinham lutando: aumentar sua participação no poder (1976: 156).

Parte da classe média assumiu, desde o começo do movimento, uma posição favorável. Vários dos indiciados pertenciam a esse grupo – professores, estudantes e funcionários. Esse envolvimento poderia ser justificado por motivos ideológicos, por imaginarem o movimento com capacidade de estabelecer a justiça social ou as mudanças que desejavam ou ainda por sua proposta moralizadora. Outros membros do grupo teriam aderido ao longo do movimento, em função da persistência dos bombardeios (Corrêa, 1976: 157-9).

Lorayne Garcia Ueócka discutiu especificamente a participação do operariado no levante de 1924. Segundo a autora, apesar de repelidos pelos militares, os operários participaram ativamente nas trincheiras e frentes de batalhas. Evidentemente nem todos se envolveram na mesma intensidade: destacaram-se os que “possuíam prévio envolvimento político com o anarquismo

ou o comunismo, e mais especialmente os que estavam engajados nos movimentos sindicais e grevistas” (1991: 309).

Os textos relativos ao movimento de 1924 analisados em meu trabalho foram elaborados por intelectuais que, com o início das perseguições que se seguiram ao fim da rebelião, preocuparam-se em defender seus membros e suas idéias. Membros que foram julgados, condenados e, alguns, exilados. Esses livros auxiliaram no reforço das idéias que veiculavam. Idéias que se referem a uma nova proposta de organização de poder, fortalecendo-se no universo ideológico de fração do grupo dominante paulista e que, em menor medida, espalhava-se pelo universo ideológico de parte da classe média. O reforço ou a irradiação dessas idéias no seio desses grupos, na verdade, foi um processo empreendido em todos os objetos analisados, apresentando um elevado grau de homogeneidade teórica e de concepção de mundo.

Em relação ao Partido Democrático, a análise de Maria Lígia Prado destaca alguns apelos que teriam levado setores da classe média (médicos, farmacêuticos, comerciantes e funcionários públicos) a aderirem ao partido: a “oposição entre democracia e oligarquia”, estando a democracia atrelada à capacidade de “remodelar os costumes políticos” do país; e a idéia de “republicanizar a República” com a “moralização dos costumes”, reconduzindo-a ao “caminho da verdade” (1986: 22-3).

Sobre essa adesão, a autora credita-a às difíceis condições enfrentadas pelo grupo – aumento do custo de vida, baixo nível dos salários e ausência de participação política efetiva – e à constituição do PD como o “único canal político de participação” (Prado, 1986: 26). A adesão ao partido como resposta ao desejo de alguns grupos de ampliar sua participação política também aparece na avaliação de Maria Cecília Forjaz. A autora afirma que, apesar da liderança do Partido Democrático estar nas mãos de “elementos da oligarquia”, o partido teria vindo “atender às necessidades de mobilização política de camadas sociais mais amplas”. Afirmativa endossada pela “enxurrada de adesões, recrutadas em diversos grupos sociais” (1978: 39).

No que se refere à questão operária, o partido teria assumido, como agremiação oposicionista “organizada e legal”, posição em “defesa do direito de sobrevivência da oposição e da luta preventiva contra possíveis arbitrariedades do Poder Executivo”. Ponto de vista bem distante das lutas e reivindicações operárias. Na verdade, os democráticos reconheceriam o direito à manifestação operária, desde que mantida “dentro dos limites da lei”, para a preservação da “ordem social”. Assim, a questão social apareceria “apenas como pano de fundo do problema central, o da liberdade de pensamento e expressão. Não despontavam [os democráticos] como defensores da classe operária, e, sim, como defensores de alguns princípios liberais burgueses” (Prado, 1986: 168).

Até aqui, foram indicadas algumas idéias que compõem as propostas apresentadas pelos intelectuais que estudei. O que pensavam acerca de liberalismo, democracia, revolução, economia, “questão social”, imigração, saúde pública e educação foi aprofundado em meu trabalho. Essas idéias permitem vislumbrar um projeto nacional do qual algumas propostas são expostas a seguir.

As idéias

Mantendo sua ligação visceral com o liberalismo, os nacionalistas paulistas esforçaram-se em incorporar novos grupos sociais que pressionavam, cada vez com maior intensidade, a estrutura de poder implementada com a instalação da República e que garantia seu principal objetivo: a hegemonia política paulista. Todavia, sua expectativa diante das mudanças que se mostravam necessárias era essencialmente marcada pelo desejo de mantê-las sob um controle rigoroso, além de imaginá-las bastante restritas. Nesse sentido, um caráter conservador e pacifista foi, por diversas vezes, defendido e, em muitos momentos, atribuído à população paulista em geral. Além desse aspecto, predominava a crença na necessária condução do processo de mudança por uma elite “ilustrada”, ciente dos melhores caminhos a serem trilhados pelo país e garantidora da liberdade, da ordem e do progresso.

A sociedade, para esses liberais, dividia-se entre os que possuíam o direito de participação política (os proprietários e os “ilustrados”) e os demais indivíduos, que somente poderiam ter acesso ao exercício pleno da cidadania depois de conquistados alguns atributos imprescindíveis: educação ou propriedade. Diante dessa perspectiva, esses intelectuais admitiam e defendiam a concorrência entre os primeiros e viam os segundos pelas lentes de uma concepção orgânica que garantisse a ordem e a harmonia. Gradual e pacificamente, os contornos do grupo de cidadãos habilitados à participação política se ampliariam.

Evolucionistas, reformistas e pacifistas que tiveram, como consequência, grandes dificuldades em aproximar-se dos grupos que defendiam uma solução armada para os embates políticos do período. A aproximação foi inevitável, mas o desenrolar dos acontecimentos explicitou o quanto de retórica existia nos discursos que, elaborados já no final da década de 1920, viram-se pressionados a defender a via revolucionária para não se distanciarem dos grupos que tentavam incorporar ou aos quais eram impelidos a se juntarem.

Mas, no período anterior ao final dos anos 20, sua atuação foi no sentido de defender meios reformistas cujo objetivo era a inclusão harmônica de parcelas da população. Assim, se, por um lado, os nacionalistas liberais paulistas defenderam a moralização das práticas políticas e adequações na economia, por outro, bateram-se por meios que possibilitassem conquistar novos apoios. A integração que se esforçavam em alcançar foi buscada através da difícil tarefa de incorporar à comunidade nacional que desenhavam um povo que trazia uma pesada carga determinista, herdada do século anterior. Em seu auxílio, recorreram à educação, ao saneamento e à eugenia. Três instrumentos que juntos permitiriam reabilitar o povo brasileiro.

Todavia, ainda uma vez, se explicitaram as características que esses intelectuais traziam tão arraigadas. Além de conservadores, evolucionistas e elitistas, os nacionalistas liberais paulistas eram indistintamente racistas e autoritários. Todas essas características, é importante frisar, não foram exclusivas deste grupo. Ao contrário, marcaram, em grande medida, diversos segmentos da intelectualidade brasileira envolvidos no desafio de restaurar o Estado e a nação. A diferença principal foi seu acentuado caráter liberal.

As soluções apresentadas para viabilizar uma mudança que não deveria ameaçar o controle que detinham expuseram sua grande dificuldade em, efetivamente, incluir novos grupos nos domínios da participação política. O forte organicismo não deixa dúvidas sobre sua preocupação no que se refere à conservação da ordem social. É com base nessa observação que se entende mais facilmente a posição de concordância assumida por esses liberais em relação às medidas centralizadoras e antiliberais adotadas ao longo dos anos 1930: acima dos princípios liberais, a manutenção da ordem social.

No campo educacional, a defesa do ensino primário, a preocupação com o espraiamento da educação cívica e política, a inquietação com as ameaças representadas pelos imigrantes, a atenção redobrada com o fim do analfabetismo, além do cuidado nunca menosprezado com os jovens em formação nas escolas superiores. Os objetivos esperados da educação foram sempre muito claros: moldar, homogeneizar, disciplinar, normalizar, hierarquizar a população de acordo com as expectativas que tinham para o projeto nacional que desejavam implementar. Assim, se a simples alfabetização era um importante apoio político ao garantir um maior eleitorado, uma educação para além desse interesse mais imediato permitiria uma formação mais ampla da população ao incorporar hábitos higiênicos e valores cívicos.

Em auxílio dessa tarefa de (con)formação do povo brasileiro, lançou-se mão também do saneamento e da eugenia. Esses elementos articulados em uma eficiente rede institucional que incluía, além da própria escola, as esferas médicas, filantrópicas, policiais e familiares, permitiam o controle de uma população grande e diversificada. Os anseios de constituição de um “cidadão ordeiro” obtinham ajuda na ação eugênica capaz de disciplinar corpo e mente. Um auxílio ideal para os nacionalistas liberais paulistas. O sanitarismo, que já absorvia a atenção diante de condições tão precárias, unia-se então à eugenia.

O “objectivo do nacionalismo” passaria a ser, como apontou Mário Pinto de Albuquerque, o “aperfeiçoamento physico e mental de todos e de cada um”. Todavia, na verdade, os objetivos eram bem maiores. Elaborava-se um projeto nacional que, além das reformas políticas, econômicas, educacionais e sanitárias, tinha o claro objetivo de construir uma identidade nacional cuja preocupação central era difundir a idéia de superioridade e liderança paulistas.

Com essa finalidade, diversos dos elementos essenciais nesse processo foram utilizados. A geografia permitiu chamar a atenção para a dimensão e a riqueza nacionais. A história, diante das dificuldades em apresentar análises favoráveis, valeu-se do argumento da juventude do país. A língua unificada, da mesma forma que a integridade territorial, auxiliou no reforço da idéia de coesão nacional e foi fundamental na integração dos imigrantes. O exército modernizado substituiu mercenários por cidadãos, responsáveis pela defesa da pátria.

A perspectiva, no entanto, a partir da qual o discurso dos nacionalistas liberais paulistas foi elaborado, atribuía, à maioria dos elementos envolvidos no projeto nacional que construíam, características definidas com base no modelo paulista. A conquista territorial, por exemplo, era apresentada como resultado da ação dos bandeirantes. Os principais fatos da história nacional transcorreram em território paulista e/ou foram protagonizados por paulistas.

Para esses intelectuais, não haveria como ser diferente. A população distinguia-se dos outros habitantes do país. Mais do que isso, em São Paulo constituiu-se uma raça específica: a “raça paulista”. Raça formada graças ao isolamento que teria permitido seu aprimoramento pela eliminação dos fracos, pelo distanciamento da metrópole e das demais regiões do país. Singular e original, o paulista assumiria características únicas: força, altivez, independência, resistência, insubmissão. Do passado ao presente, essas características lhe possibilitariam a capacidade de entender a civilização moderna e de realizar a grande aspiração de conduzir o país a ela.

O elo fundamental nessa ligação entre passado e presente foi a figura do bandeirante. Ela permitiu redimir o passado colonial e atribuir aos paulistas um importante destaque na história nacional, tributando-lhe a herança do amplo território e, a partir de suas características (características que por analogia eram atribuídas a todos os paulistas de ontem e de hoje, natos ou por opção), a missão de conduzir o país ao seu lugar entre os países civilizados e modernos.

O desafio que se colocava para os nacionalistas liberais paulistas não era pois dos mais fáceis. Essencialmente conservadores, evolucionistas, elitistas e racistas, a tentativa que empreenderam de elaborar um discurso mais inclusivo viu-se, constantemente, limitada por essas características. Assim, por maiores que tenham sido seus esforços na elaboração de uma proposta nacionalista inclusiva, o que produziram foi, na verdade, um exemplar discurso regionalista. Uma nação demasiado paulista para conseguir expressão fora dos limites estaduais.

Seu esforço no sentido de modernizar o exercício da hegemonia paulista foi intenso. Todo o conjunto de discursos produzidos está repleto de novas soluções para ultrapassar os problemas sociais, como comprovam suas propostas educacionais, sanitárias e eugênicas. No entanto, nos momentos em que se viram diante de oportunidades de efetivamente colocar suas idéias à prova, eles recuaram: o medo da mobilização popular era indisfarçável. Na verdade, sua preocupação no que se refere à integração de novos segmentos sociais era muito mais voltada à sua conformação do que à sua conscientização. Seu elitismo permitia algumas concessões à classe média, que deveria assumir um lugar subordinado. As classes populares que se contentassem com suas atitudes paternalistas. Eis os limites do novo modelo de dominação que foram capazes de construir.

Mesmo porque os interesses que defendiam eram muito restritos e intrinsecamente ligados aos anseios dos grupos dominantes estaduais, mais especialmente aos do grande capital cafeeiro, e se expressavam na defesa intransigente de sua autonomia. Daí o caráter pouco consistente de seu discurso nacionalista, objetivamente impedido de ampliar sua esfera inclusiva já que não estava em discussão, para eles, a superioridade paulista e, por extensão, sua “natural” capacidade para liderar o país. Assim, a presença de uma tensão sempre latente nos discursos analisados entre regionalismo e nacionalismo: para os intelectuais estudados não era possível conceber uma nação que não fosse construída a partir de seu próprio modelo. Modelo que possuía um símbolo com grande poder de articulação regional: o bandeirante. Internamente, ele integrava, graças às suas características de miscigenação, os paulistas aos imigrantes. No

plano nacional, assumia-se a grande responsabilidade por uma das mais fundamentais características do país: sua expressiva dimensão territorial. A tensão era inegável. O símbolo bandeirante expressava uma dupla lealdade: regional e nacional.

Se o que pretendiam era contrapor-se ao PRP, que trazia arraigadas as mesmas características das quais não foram capazes de escapar, os nacionalistas liberais paulistas, no entanto, conseguiram apenas a ele opor-se retoricamente. No momento em que sua pretensa capacidade inclusiva foi posta em xeque, após 1930, o recuo foi rápido e as aparentes diferenças desapareceram na mesma velocidade. Mas de todo seu esforço restou o poder inegável do discurso que, dentro do estado, foi capaz de auxiliar na mobilização da população no momento necessário. Em 1932, a arregimentação popular alcançada não deixa dúvidas sobre a eficácia de seu discurso e de sua ação.

Bibliografia:

- ADDUCI, C. C. (2000). A "pátria paulista": o separatismo como resposta à crise final do Império brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial.
- _____. (2002). Uma nação à paulista. Nacionalismo e regionalismo em São Paulo (1916-1929). Tese de Doutorado. São Paulo: PUC.
- CAPELATO, M. H. & PRADO, M. L. (1980). O Bravo Matutino (Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo). São Paulo: Editora Alfa-Ômega.
- CASALECCHI, J. Ê. (1987). O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926). São Paulo: Brasiliense.
- CORRÊA, A. M. M. (1976). *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec.
- DE LUCA, T. R. (1999). *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp.
- FERREIRA, M. de M. (1993). "A reação republicana e a crise política dos anos 20" *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 6, nº 11, p. 9-23.
- FORJAZ, M. C. S. (1978). *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo: Polis. (Col. Teoria e História).
- LOVE, J. (1982). *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Col. Estudos brasileiros).
- MARQUES, V. R. B. (1994). *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Editora da Unicamp (Col. Ciências Médicas).
- MELO, L. C. de. (1954). Dicionário de autores paulistas. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.
- MOREIRA, S. L. (1982). *A Liga Nacionalista de São Paulo: ideologia e atuação*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP.
- NAGLE, J. (1976). *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar.
- OLIVEIRA, L. L. (1990). *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.
- PERISSINOTTO, R. M. (1994). *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp (Série Pesquisas).
- PRADO, M. L. C. (1986). *A democracia ilustrada. O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Editora Ática (Col. Ensaios).
- SEVCENKO, N. (2000). *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SKIDMORE, Th. (1992). *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

UEÓCKA, L. G. (1991). *1924: dossiê de uma rebelião. Operários ante a sedição paulista*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC